



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

ATA
PRIMERIA AUDIÊNCIA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 138/2024
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA O EXERCÍCIO DE 2025

Aos trinta dias do mês de outubro de 2024, às 18:38 horas, foi realizada a primeira audiência pública com o objetivo de promover o debate popular sobre o Projeto de Lei nº 138/2024, que dispõe sobre o orçamento do município de Ribeirão Preto para o exercício de 2025; a audiência pública presidida pelo Vereador Zerbinato, Presidente da Comissão Permanente de Finanças, Orçamento, Fiscalização, Controle e Tributária. Iniciou cumprimentando a todos os presentes, as Vereadoras Duda Hidalgo e Judeti Zili, o Vereador André Rodini e a assessoria do Vereador Paulo Modas. Explicou a todos que trata-se da primeira audiência pública para discutir e ouvir a população acerca do Projeto de lei nº 138/2024, protocolado nesta Casa legislativa em 27 de setembro de 2024, seguiu o rito regimental e o prazo de emendas se encerra em 31/10/2024, falou das emendas protocoladas pelos vereadores até o momento desta audiência. Efetuadas as considerações passou a palavra aos Vereadores presentes. Vereadora Duda Hidalgo cumprimentou a todos falou sobre o Projeto, observando que boa parte dos recursos é destinada a obras e infraestrutura, que a população de Ribeirão Preto vem sofrendo com inúmeros problemas que não são atendidos, ressaltou a importância de se debater o orçamento e o que a cidade quer; observou que ao longo dos anos as emendas são sempre vetadas pelo Executivo, e assim, o orçamento não representa as demandas reais da população da cidade, solicitou que a Prefeitura faça as alterações necessárias. Em seguida a Vereadora Judeti Zilli cumprimentou todos os presentes, disse que suas demandas estão bastante contempladas pela manifestação da Vereadora Duda, que o povo da cidade precisa ocupar a Câmara para participar e manifestar acerca de suas demandas, falou sobre as emendas que não são acatadas pelo executivo e da necessidade de se olhar para as reais necessidades da população; falou da priorização das obras no orçamento, que é preciso fiscalizar, apontar as falhas e apresentar suas emendas, que há necessidade da implantação do orçamento participativo, que a população precisa participar e pressionar politicamente, encerrou se colocando à disposição de todos. Vereador André Rodini cumprimentou todos os presentes, comentou sobre pontos que o orçamento não contemplou, que são R\$ 5 bilhões 128 milhões de reais para o ano de 2025, mas que é vazio para a questão da assistência social, que o orçamento para a Assistência Social é de R\$ 134 milhões, lembrou de uma audiência pública realizada em 12/09/2024 por iniciativa do Executivo, quando foi informado que o orçamento da assistência social foi reduzido em R\$ 17 milhões de reais, recurso que fará falta por exemplo às entidades do 3º setor; falou que hoje em Ribeirão Preto há 34 idosos aguardando a vagas em Instituições de longa permanência (ILPIs), soma-se mais 120 idosos aguardando avaliação; que são apenas 5 (cinco) ILPI's em atividade na cidade atendendo a Assistência Social com 201 idosos, acrescentando que que é muito pouco, visto que cadastrados no CAD único há 20 mil idosos na cidade, que as instituições já estão em capacidade máxima, que os valores repassados pela Prefeitura às instituições está muito defasado e não cobrem as despesas com o serviço; acrescentou ainda que os PICs não estão com o atendimento a contento, que o Centro dia conta com apenas 20 vagas na cidade; Informou ainda que 60% dos serviços de assistência social são prestados por OSCs e 96% dos serviços oferecidos para idosos são as OSCs quem prestam, assim concluiu que é o terceiro setor quem presta os serviços e precisam ser remunerados para tanto, que o Executivo precisa se atentar a isso. Disse ainda que os impostos servem para atender as necessidades da população e não se tem visto isso, que vai apresentar suas emendas à peça orçamentária no sentido de atender a assistência social. Na sequência, o Presidente abriu a palavra aos presentes, informou a todos que também receberão propostas pelas redes sociais, email e gabinetes. Sr. Eli dos Reis representante do Lar Presbiteriano



Câmara Municipal de Ribeirão Preto


Estado de São Paulo

Lili Ribeiro (Lar dos Velhos de Ribeirão Preto), instituição que há 64 anos acolhe idosos na cidade, falou sobre as dificuldades que enfrentaram na última gestão do Executivo municipal, que os valores repassados não são suficientes e também não são reajustados; que listaram as sugestões de suas entidades para apresentarem a Prefeitura, mas que quando vão formalizar o convênio anual com a Prefeitura, esta apresenta um contrato de adesão, que queriam corrigir anualmente os repasses, mas que não são contemplados com isso. André Goulart, gestor escolar, cumprimentou a todos, agradeceu a oportunidade, falou sobre a revisão das jornadas, que na criação do cargo de gestor houve um equívoco em relação a quantidade de horas remuneratórias, que um supervisor por exemplo recebe por 360 horas, um coordenador por 300 horas, o gestor recebe por 230 horas e professores PEB1 que trabalham meio período com alunos recebem por 210 horas; pedem a adequação para os cargos de gestor para 348 horas, tais valores já eram pagos aos diretores comissionados, que estão aguardando ansiosamente pela aprovação do projeto de lei do orçamento e a revisão da jornada e da remuneração, que ser gestor escolar não é somente gerir recursos financeiros e cuidar de vidas. Bruno Correa diretor de patrimônio do Lar Padre Euclides, parabenizou as vereadoras Duda e Judeti e o Vereador André Rodini pelas intervenções, as entidades necessitam de vereadores que defendam a causa; informou que o Lar padre Euclides tem em torno de 50 vagas para idosos vulneráveis, com uma média de gasto mensal de R\$ 180.000,00, e a receita gira em torno de R\$ 100.000,00 a R\$ 120.000,00 e a diretoria busca mensalmente através de ações, festas, em torno de mais R\$ 60.000,00 a R\$ 80.000,00 mil reais por mês, afirmou ser muito difícil, uma vez que há imposições como uma equipe multidisciplinar, não só enfermeiros que tiveram o piso salarial dobrado, o que é justo, mas os valores não foram revistos e repassados, além desses profissionais é necessária a contratação de assistente social, terapeuta ocupacional, psicólogos, há exigência pública de uma estrutura e os valores não são repassados compatível com a estrutura exigida; que hoje por muito pouco não estão “fechando as portas”. Solicita aos parlamentares que tenham um olhar mais significativo para as ILPIs, que é preciso trazer dignidade para os idosos e contam com a ajuda dos vereadores e do Município, em passar o mínimo para manter as Instituições em funcionamento, o que cada idoso necessita para viver. Édie Maria Fernandes, Conselheira tutelar, cumprimentou a todos, afirmou que essa administração não esqueceu apenas dos idosos, mas das crianças e adolescentes também, que estão recebendo inúmeras denúncias de tentativa de suicídio e suicídio consumado dos jovens de nossa cidade, que este Legislativo aprovou uma lei de prevenção ao suicídio, prevendo vários programas, que é preciso estar no orçamento a execução desses programas, que é fundamental se preocupar com a prevenção ao suicídio desses jovens adoecidos; Paulo Henrique Figueiredo cumprimentou a todos, parabenizando os Vereadores presentes pela participação nesta audiência, falou sobre as eleições municipais, sobre a legislatura que se encerra, solicitou que sejam destinados recursos para melhora do NGA da Rua Minas para que por exemplo as pessoas com dificuldade de locomoção possam acessar o andar superior, pois atualmente não há um elevador, que os pisos do NGA estão soltando, é preciso dar atenção às demandas da população e pressionar o executivo para que o mesmo dê atenção aos pleitos. Cleidiane Jardim Freire, representando a ONG Maria da Graça, localizada no Jardim Jockey Clube, cumprimentou a todos, falou que lutam há mais de 20 anos por um posto de saúde em seu bairro, que hoje tem mais de 17 mil pessoas, quando solicitado, foi dito pelo Executivo não haver demanda populacional, solicitou que a Prefeitura e os parlamentares olhem para a região e para as demandas, como essa do posto de saúde; que hoje quem faz o atendimento da população de seu bairro é a UBDS do Jardim aeroporto, contudo, não conseguem agendar consultas de pediatria, ginecologia, acrescentando que nunca tem agenda aberta, que não são ouvidos e precisam de um olhar do Poder Público. Vereador Zerbinato passou a palavra ao Vereador André Rodini, para resposta ao munícipe Paulo Henrique Figueiredo, e fez suas considerações finais, concluiu agradecendo a oportunidade, enaltecendo a importância de espaços como as audiências públicas para ouvirem a população e discutir as questões da cidade. Vereadora Judeti Zili



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

passou as suas considerações finais, agradeceu a presença e a oportunidade, que é um momento ímpar para que a população participe e conheça o orçamento da cidade, falou da necessidade de participação de todos que espera que o Prefeito acate as emendas apresentadas. O Presidente passou as considerações finais, informou que a próxima audiência está agendada para 11 de novembro próximo, às 18:30hs, neste mesmo local, informou que a audiência foi transmitida ao vivo pelas plataformas digitais e pelo canal da TV Câmara no Youtube, que os gabinetes dos membros da Comissão Permanente de Finanças estão à disposição da população para receber as sugestões de emendas, passou o contato do gabinete para todos, seu telefone, e-mail e número de Whatsapp. Nada mais havendo, nem interessados em fazer uso da palavra, o Presidente declarou encerrada a Primeira audiência pública para discussão do Projeto de lei nº 138/2024, às 19:50hs e para constar eu, Patrícia Midori Kimura  servidora designada para este ato, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada vai assinada pelo presidente da Comissão Permanente.



Vereador Zerbinato

Comissão Permanente de Finanças, Orçamento,
Fiscalização, Controle e Tributária